



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária do 2º Período Ordinário da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, no Plenário Lucelindo Farias Tavares, da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Rafael Luiz Miléo Viana, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Adeilson da Costa Lopes, Francisco Azevedo Pereira, Joseane de Oliveira Seixas, Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior, Mauro Luiz de Oliveira Wanzeler, Deybson Delmar Rasch, Elizandro Malcher Ferraz; Marta Monteiro Godinho, Márcio Kellen Soares Canto, Ivalter Barbosa Cardoso Filho e Manoel Lucivaldo Siqueira. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando a 2ª Secretária, que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida, submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente solicitou a 1ª Secretária, que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Requerimento nº 015/21, do vereador Mauro Wanzeler, pede que seja oficiado ao prefeito municipal Argemiro Bentes Diniz, solicitando as seguintes informações: a) - Cópia do Decreto de nomeação do responsável pelo sistema de Controle interno da Prefeitura Municipal de Oriximiná no exercício de 2021; b) - Se o quadro funcional do Sistema de controle interno é integrado por servidores efetivos; c) - Se houve capacitação destes servidores para pleno funcionamento do sistema de controle interno; d) - Informar se o controle Interno da Prefeitura Municipal de Oriximiná atende a



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

RESOLUÇÃO nº 7.739/2005/TCM/PA que ordena a criação do sistema de controle interno no município; e) - Requer cópia dos relatórios do Sistema de Controle Interno Elaborados no exercício de 2021, contemplando as seguintes questões: * Quais projetos governamentais cujas metas físicas estão bem abaixo do proposto na lei de diretrizes orçamentárias? Discriminar. * Quais projetos governamentais cujos custos estão bem acima do previsto na lei de diretrizes orçamentárias? Discriminar; * Quais setores governamentais continuam apresentando insuficientes indicadores de gestão? Discriminar; * Emitiu o tribunal de contas alerta notificando que a receita se comporta abaixo do esperado, o que exige contenção da despesa não obrigatória? * A arrecadação da dívida ativa vem superando a baixa arrecadação no último exercício? * O tribunal de contas fez alerta notificando que o município pode não atingir os mínimos constitucionais e legais da educação? * Desde o início do exercício de 2021, qual o percentual aplicado na educação infantil e no ensino fundamental? * Desde o início do exercício de 2021, qual o percentual aplicado sobre o FUNDEB já recebido? * Desde o início do exercício de 2021, quanto, em termos percentuais, do FUNDEB, foi empregado na remuneração do magistério da educação básica? * Caso haja determinação do Tribunal de contas, está sendo utilizada a parcela faltante do FUNDEB de anos anteriores? * Desde o início do exercício de 2021, qual percentual empregado em ações e serviços de saúde? * Desde o início do exercício de 2021, qual foi o resultado da execução orçamentária (em valores nominais e em % (déficit ou superávit)? * Emitiu o tribunal de contas alertas quanto a possível déficit anual e aumento da dívida líquida de curto prazo? * Está a prefeitura adimplindo os parcelamentos de encargos sociais? * Desde o início do exercício de 2021, quanto foi repassado a título de auxílios, subvenções e contribuições para entidades do terceiro setor? * Desde o início do exercício de 2021, qual foi a taxa de investimentos da prefeitura (investimentos + inversões financeiras/receita corrente líquida)? * Em face da receita corrente líquida, qual o percentual da despesa laboral de todo poder Executivo desde o início do exercício de 2021? Discriminar mensalmente; * Desde o início do exercício de 2021, ocorreram quantas admissões, exonerações e aposentadorias? * Discriminar contratações de temporários e comissionados; Requerimento do vereador Adeilson



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Lopes, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal Argemiro Bentes Diniz e ao secretário Municipal de Integração, solicitando a construção de um elevado para caixa d'água e uma caixa d'água com capacidade de 10 mil litros para atender 23 famílias que residem na Comunidade Santo Antônio Lago Xiriri; Pareceres nrs. 073 e 012/21, das comissões de Justiça e Economia, favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 030/21, que dispõe sobre a destinação e o recebimento de patrocínio pelo Poder Público e eventos realizados no Município de Oriximiná; Pareceres nrs. 072 e 009/21, das Comissões de Justiça e Saúde, favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 040/21, de autoria da vereadora Josy Seixas, que dispõe sobre a distribuição gratuita e obrigatória pelo poder público municipal de fraldas descartáveis e sondas vesicais para pessoas com deficiência física, mental ou neurológicas, com mobilidade reduzida ou idosos acamadas que não possuam recursos para adquiri-las; Projeto de Lei nº 060/2021, de autoria da vereadora Marta Godinho, que Estabelece a Promoção de ações que visem a valorização de mulheres e meninas e a prevenção e combate à violência contra as mulheres pela rede municipal de ensino; Projeto de Lei nº 062/2021, de autoria do vereador Mauro Wanzeler, que Torna obrigatória a realização do exame de corpo de delito em Mulheres, Crianças e Adolescentes, vítima de violência física, sexual ou doméstica, sempre que verificado essa situação no momento de seu atendimento clínico; Projeto de Lei nº 067/2021, de autoria da vereadora Marta Godinho, que dispõe sobre a inclusão de serviço especializado dos profissionais – Fisioterapeuta e Terapeuta ocupacional na estratégia de saúde da família; Moção de Repúdio da Câmara Municipal ao Deputado Federal Celso Sabino; Ofícios nrs. 239 e 246/21, expedidos ao Prefeito e a diversos; Ofícios nrs. 232 e 233/21, recebidos do Gestor Municipal; Ofícios nrs. 011, 245 e 249/21, recebidos de diversos; Ofício nº 189/21, do presidente do COMEO, solicitando o auditório da Câmara no dia 06 de janeiro de 2022, as 18 horas, para sessão solene de posse dos conselheiros do COMEO. Terminada a leitura das matérias agendadas para o expediente desta sessão, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra a vereadora Ana Cleyde requereu dispensa de interstício



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final os Projetos de Leis nrs. 060, 062 e 067/21, lido nos expediente da sessão de hoje. A seguir ocupou a tribuna o vereador Junhão, que após saudar os presentes reportou-se sobre a ambulância maior do SAMU, que não está funcionando o que está causando preocupação e transtornos aqueles profissionais, uma vez que estão levando os pacientes na ambulância pequena, a qual não oferece nenhuma condição de conforto. Diante o exposto o nobre vereador fez um apelo a atual secretária de saúde que olhe com carinho essa situação o mais rápido possível. Acrescentou ainda o nobre Edil que no seu ponto de vista deveria ter uma ambulância no hospital municipal, exclusiva para levar os pacientes da UPA até a SESPA, para fazer ultrassonografia. Continuando o vereador Junhão chamou atenção do gestor municipal em relação as emendas impositivas dos vereadores, onde a maioria destinou 50% do valor para o hospital municipal e os outros 50%, para as comunidades rurais, no caso a sua foi destina para a comunidade Campo Alegre. Ressaltou o nobre vereador que já cobrou anteriormente do prefeito que saiu, mais infelizmente não foi atendido, espera que o atual prefeito verifique essa questão ainda este ano. Em seguida fez uso da palavra o vereador Mauro Wanzeler, para falar sobre a live do prefeito cassado que disse que deixou nos cofres públicos R\$ 25.629.689,00, no que o vereador Mauro parabenizou o prefeito cassado, mas ele não falou que o valor de R\$ 21.556.421,80, são dos fundos das secretarias de saúde, assistência social, meio ambiente e do FUNDEB, que não pode usar, restando apenas R\$ 4. 073.267,21, que não dar para pagar as dívidas que ele deixou na prefeitura de Oriximiná. Assegurou o nobre vereador que levar ao conhecimento da população oriximinaense dados concretos de todos os gastos indevidos e as dívidas que o prefeito cassado deixou na prefeitura. Com a palavra o vereador Márcio Canto, inicialmente congratulou-se com o vereador Junhão quando falou sobre a ambulância maior do SAMU que está quebrada, acrescentou o Edil que esteve naquele órgão público, onde encontrou em contato com o Secretário da



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

SEMDURB, e ele garantiu que iria mandar o mecânico fazer o serviço, mais infelizmente ainda não apareceu naquele local, voltou a falar novamente com o Secretário Aslan que garantiu tomar as devidas providencias o mais rápido possível. Assegurou o vereador Márcio Canto que vai acompanhar de perto essa questão, até porque a saúde em Oriximiná deve ser tratada com seriedade e prioridade. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente facultou a palavra aos Líderes Partidários. Com a palavra o vereador Mauro Wanzeler, reportou-se sobre a obra do Shopping Popular, onde a empresa Multserv, Serviços e Construção Civil Eireli-EPP, tinha um contrato no valor de R\$ - 2.280.134,26, sendo que desse valor já foi pago R\$ 2.197.585,24, tendo um saldo do contrato de R\$ 82.549,02, ou seja, será que com esse valor restante essa obra tem condições de terminar? Ou vem um aditivo de valor pela frente. Então é preciso que a população tenha conhecimento da real situação daquela obra, até porque estão cobrando nas redes sociais, o porque aquela obras parou assim como as outras que estão inacabadas. Ainda com a palavra o vereador Mauro falou sobre a empresa Netos Pontes Construtora Eirelli-EPP, que tinha um contrato no valor de R\$ 2. 449.346,25, já foi pago o valor de R\$ 2.378.032,53, tendo um saldo do contrato no valor de R\$ 71.313,72, para fazer serviços de reparos em concreto, construção de canaletas, meio fio, tampas, fundo e paredes de caixa coletora em vias públicas. Sendo que na planilha de medição que solicitou do executivo municipal no período de abril a julho de 2021, não condiz com os valores, como também o objeto são os mesmos serviços. Diante o exposto o vereador Mauro assegurou que averiguar a veracidade dos fatos diante desse contrato e mostrar a população com provas concretas. Falou ainda de um cidadão que trabalha na recuperação de calçadas, canaletas na rua barão do rio branco, que sempre está com camisas de empresas diferentes, como também em locais diferente, ainda não descobriu onde aquele cidadão trabalha de fato, mas também vai verificar essa situação. Portanto existe muitas coisas erradas que o prefeito cassado fez



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

durante os dez meses de mandato na prefeitura, que deve ser apurado e denunciado a quem de direito, como é o caso do FUNDEB, que a Mesa Diretora deste Poder deve denunciar ao órgão competente, uma vez que se tratar de verba federal. Em aparte a vereadora Josy Seixas disse que realmente esta Casa deve dar uma resposta a população como também ao conselho, que protocolou neste Poder a denúncia sobre o FUNDEB. Em relação ao que o vereador Mauro falou a respeito do cidadão que trabalhar em diversas empresas e em locais diferentes, disse que existe empreiteiras que prestam serviços em nosso município, sendo que os servidores são do município, assim como os equipamentos. Então é preciso saber quem paga esses servidores, como também podemos observar que não existe separação o que é serviço privado, do serviço público em Oriximiná, e se existe parcerias dentro do processo licitatório. Continuando do vereador Mauro fez a leitura de uma matéria onde cita que a Polícia Federal investiga crimes licitatórios em município no interior do Pará, na manhã desta terça-feira (07/12), a Polícia Federal deflagrou a Operação Influência que tem como objetivo investigar crimes licitatórios no município de Maracanã, no Pará. O Estado do Pará contou com o efetivo de 16 policiais federais. O Juízo da Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Castanhal expediu 05 mandados de busca e apreensão, sendo 04 mandados em Belém e 01 em Salinópolis. Em janeiro de 2019, a Prefeitura de Maracanã contratou diretamente, por inexigibilidade de licitação, empresa recém-constituída e que nunca tinha participado de outras licitações para a prestação de serviços de consultoria e capacitação nas áreas de educação e saúde. Diante o exposto o nobre vereador passou as mãos do presidente da Câmara cópia do relatório da inexigibilidade nº 006-PMO/21, sobre a empresa VALORHUM CONSULTING & MANAGEMENTT, que foi contratada pelo prefeito cassado Willian Fonseca, para fazer a auditoria, no dia 03/02/21, foi cadastrada na prefeitura de Oriximiná, no dia 05/03/21, e encaminhada uma proposta para a procuradoria do município no dia 11/02/21, pelo então prefeito José Willian Fonseca, sendo que todos os atos do processo já tinham sido finalizados no dia 09/04/21. Finalizou o Edil solicitando ao presidente Marcelo Sarubbi, que encaminhe o referido relatório a quem



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

de direito. A seguir fez uso da palavra o vereador Quinho que passou a palavra do horário da liderança do PL a vereadora Josy Seixas, que após saudar os presentes, disse que esteve rapidamente analisando a resposta do requerimento do vereador Mauro que solicitou cópia dos extratos bancários, balancete financeiro do 1º e 2º quadrimestre de 2021, termos de caixa do mesmo período, e relação de pagamentos no período de 1º de outubro a 11 de novembro de 2021, onde constatou que os planilhados continuaram desde o início de janeiro de 2021. Agora vale ressaltar que no dia 31 de dezembro de 2020, todos os contratados foram demitidos com seus direitos trabalhistas, mas foram contratados outros servidores pelo prefeito que assumiu no dia 01 de janeiro deste ano, mas o prefeito que saiu alega que fez tudo dentro da legalidade, o que não é verdade. Espera que o prefeito Argemiro Bentes Diniz faça o processo seletivo ou o concurso público, para não cometer o mesmo erro. Ainda com a palavra a vereadora Josy Seixas, manifestou sua indignação ao pronunciado na Câmara dos Deputado do então deputado federal Celso Sabino, que de forma desrespeitosa disse esta Casa de Leis tinham sido covarde e traiçoeira diante do processo de cassação do prefeito Willian Fonseca, isto demonstra que o referido deputado desconhece o Decreto Lei nº 201/67, como também as demais leis que asseguram o processo político administrativo, como também ele nunca veio em Oriximiná, não conhece a nossa realidade. Acrescentou a nobre vereadora que a câmara fez tudo dentro da legalidade, inclusive foi concedido o direito de defesa ao acusado. Portanto foi feito tudo baseado em leis. Acredita que o referido deputado se pronunciou dessa maneira com intuito de buscar votos na próxima eleição que se aproxima. Não havendo mais nenhum líder, que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente, solicitou a aquiescência do Plenário, para dispensa do Intervalo Regimental de quinze minutos. Obtido a aquiescência do Plenário, Sr. Presidente, passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando a 1ª Secretária que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

requerimento da vereadora Ana Cleyde, que solicita dispensa de interstício, para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final os projetos de leis lidos no expediente desta sessão. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Mauro Wanzeler. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lida e submetida a discussão a Moção de Repúdio ao Deputado federal Celso Sabino, sendo aprovada por unanimidade. Lido e submetido para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final o Projeto de Lei nº 060/2021, de autoria da vereadora Marta Godinho. Com a palavra a autora agradeceu os membros das comissão que emitiram pareceres favoráveis ao projeto de lei de sua autoria, que será de grande relevância para o nosso município. Dito Projeto de Lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final o Projeto de Lei nº 062/2021, de autoria do vereador Mauro Wanzeler. Dito Projeto de Lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final o Projeto de Lei nº 067/2021, de autoria da vereadora Marta Godinho. Dito Projeto de Lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lidos e submetidos a discussão os Pareceres nrs. 073 e 012/21, das comissões de Justiça e Economia, favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 030/21. Ditos Pareceres, postos em votação, foram aprovados por unanimidade um a um. Lidos e submetidos a discussão os Pareceres nrs. 072 e 009/21, das Comissões de Justiça e Saúde, favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 040/21, de autoria da vereadora Josy Seixas. Ditos Pareceres, postos em votação, foram aprovados por unanimidade, um a um. Foi submetido à apreciação do Plenário o ofício nº 189/21, do presidente do COMEO, solicitando o auditório da Câmara no dia 06 de janeiro de 2022, as 18 horas, para sessão solene de posse dos conselheiros do COMEO, sendo aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente retirou de pauta o requerimento do vereador Adeilson Lopes, pois o mesmo tinha se retirado da sessão por motivo de doença. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

palavra aos senhores vereadores. Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para amanhã no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º(a) Secretário (a), subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário